

Concessão da TV Record gera polêmica

Um longo debate envolvendo os critérios para a concessão da exploração de serviços de radiodifusão no país antecedeu a votação em que o Senado aprovou a renovação, por mais 15 anos, da outorga para o funcionamento da TV e da Rádio Record, com sede em São Paulo.

Ao pronunciar seu parecer favorável à renovação, o relator da matéria e presidente da Comissão de Educação, Roberto Requião (PMDB-PR), repudiou aquilo que chamou de "ranço inquisitorial" que, ao seu ver, se expressava entre os que questionavam o direito da TV Record à renovação.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a legalidade do controle acionário da TV Record - hoje pertencente ao bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus - e foi apoiado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Roberto Freire (PPS-PE) fez críticas ao sistema de concessão, e Esperidião Amin (PPR-SC) não viu motivos sólidos para não se renovar a concessão. José Eduardo Dutra (PT-SE), José Fogaça (PMDB-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS) lamentaram a demora na instalação do Conselho de Comunicação Social.

Pode acabar sigilo bancário de autoridades e servidores

Substitutivo é aprovado na Comissão de Justiça, mas projeto ainda vai à CAE antes de ser submetido ao plenário do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem substitutivo a projeto de lei complementar de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) excluindo do benefício do sigilo bancário os agentes públicos, assim compreendidos os membros dos três Poderes, do Ministério Público e Tribunais de Contas, ministros, secretários e servido-



Pedro Simon

res em geral das administrações direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O projeto teve como relator o senador Roberto Requião (PMDB-PR), que ampliou o texto original, mediante o substitutivo. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, antes de ser encaminhada à

deliberação do plenário da Casa.

A Comissão de Justiça, presidida pelo senador Íris Rezende (PMDB-GO), aprovou, ainda, na sessão de ontem, os aspectos de juridicidade e constitucionalidade de projeto de lei de iniciativa do senador Roberto Requião e relatado pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC) que estabelece medidas de proteção aos interesses brasileiros contra práticas discriminatórias adotadas por outros países.



A Comissão de Infra-Estrutura aprova projeto com alterações no Código de Mineração

NESTA EDIÇÃO

Osmar critica omissão na agricultura

Página 4

Darcy propõe solução para os sem-terras

Página 2

Acesso simplificado aos recursos minerais

Projeto que altera dispositivos do Código de Mineração - visando a simplificar o acesso aos recursos minerais - foi aprovado ontem pela Comissão de Infra-Estrutura, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), e segue agora para apreciação pelo plenário do Senado. Depois de muito debate, os membros da comissão apro-

varam o parecer de Fernando Bezerra (PMDB-RN), rejeitando as cinco emendas apresentadas por Gerson Camata (PMDB-ES).

Na mesma reunião, a Comissão de Infra-Estrutura aprovou também, em caráter não terminativo, projeto que trata dos limites de potência dos aproveitamentos das quedas d'água para a geração de

energia hidráulica. Os senadores aprovaram o parecer do senador José Roberto Arruda (DF) contrário às três emendas apresentadas por José Eduardo Dutra (PT-SE).

A comissão também discutiu a possibilidade de apresentar emendas coletivas ao projeto do Plano Plurianual, e ao Orçamento de 96, enviados pelo Executivo.

Lucena destaca exemplo de Antônio Mariz

"Morre um homem público excepcional, que se destacou por sua dignidade pessoal e política, seu espírito público e competência", afirmou ontem o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) ao reverenciar a memória do ex-senador e governador da Paraíba, Antônio Mariz, falecido no último dia 16, em João Pessoa. O senador lamentou não ter comparecido à sessão especial que o Senado prestou ao político paraibano - nesse dia Lucena acompanhou o sepultamento de Mariz.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) apartou-se para lembrar que ele e Mariz foram jovens contemporâneos na antiga Arena, quando representavam a renovação naquela época de ditadura.

Neu Suassuna (PMDB-PB) lamentou a perda do "líder". Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também apartaram Lucena para enaltecer a dignidade de Antônio Mariz.

Emenda torna de domínio público terra improdutiva

Proposta de Darcy Ribeiro visa encontrar uma solução para trabalhadores sem-terras

Os violentos conflitos gerados pelas questões fundiárias, com a conseqüente invasão de latifúndios pelos sem-terras, devem aumentar de intensidade se o problema não for atacado de maneira objetiva. A preocupação foi manifestada pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), ao anunciar que estará apresentando esta semana uma emenda constitucional incorporando o princípio de que "a nin-



Darcy Ribeiro

guém é lícito manter propriedade improdutiva por força de direito, e o que não é usado deve voltar ao domínio público".

De acordo com Darcy Ribeiro, a base de sustentação de um grande país é a correta distribuição de suas terras entre co-

lonos, como ocorreu no Oeste dos Estados Unidos.

■ Leia mais sobre o tema na página 4.

Ademir critica testes nucleares

A intenção do governo francês de manter até maio do ano que vem a realização de testes nucleares no atol de Mururoa foi condenada em discurso pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Depois de lembrar o fim da guerra fria, a queda do muro de Berlim e a fragmentação

da URSS em vários países, o senador afirmou que o mundo finalmente tem uma perspectiva de paz duradoura.

Por isso, a atitude do governo Jacques Chirac deve ser condenada publicamente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, frisou Ademir Andrade.

Sarney lamenta pressa na votação da lei eleitoral

A lei eleitoral, pela sua complexidade, deveria ser examinada com tempo suficiente pelo Senado, afirmou ontem o presidente da Casa, José Sarney. Embora lamentando os efeitos que a tramitação apressada da matéria poderá trazer ao trabalho legislativo, o senador disse que seguirá o Regimento se as lideranças concretizarem um pedido de urgência para o projeto, que, vindo da Câmara, encontra-se nas comissões.

Congresso decide sobre vetos ao Orçamento

O Congresso Nacional, reunido na noite de ontem, votou os vetos presidenciais ao projeto de lei de Orçamento deste ano. O resultado está sendo apurado pelo Prodasen e será divulgado hoje.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou contra os vetos por estarem atingindo 95% do trabalho realizado pelos parlamentares com apoio dos governadores e prefeitos. "O Congresso Nacional tem que se fazer respeitar", afirmou Ademir.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a PEC nº 40/95, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde. (Tramitando em conjunto com a PEC nº 37/95, que cria o IPMF para pagamento da dívida interna. Segundo dia de discussão, em primeiro turno)

COMISSÕES

10h - Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 81/95 (não terminativo), que institui o ano de 1995 como o "Ano Zumbi dos Palmares", em homenagem ao tricentenário de sua morte; e PLC nº 23/93 (não terminativo), que dispõe sobre a remessa para o exterior dos rendimentos do trabalho assalariado e dos valores recebidos como bolsas de estudo e auxílio, aos

beneficiários de bolsas de estudo ou auxílio no exterior concedidos por agências governamentais; PLS nº 47/95 (terminativo), que institui o prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação dos destaques ao PLC nº 115/93, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 83/95, que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Madeira, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, em Brasília, em 1º/09/94; PDL nº 68/95, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para prevenção ao Uso e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre o Brasil e a Rússia, em Moscou, em 11.04.94. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

CPI da Mineração - Viagem ao Estado de Minas Gerais, onde permanece de hoje até sábado, discutindo a política mineral no país.

Comissão de Obras Inacabadas - Viagem a Tucuruí, onde levantará a situação das obras inacabadas.

Teotônio Vilela cobra definição sobre Proálcool

País precisa definir com urgência sua matriz energética, alerta senador, lembrando que situação do petróleo é imprevisível

O governo precisa definir urgentemente qual a matriz energética a ser construída a médio e longo prazos no país e se o Proálcool tem importância estratégica nessa matriz, cobrou ontem o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL). Ele alertou que os preços internacionais do petróleo estão baixos, mas continuam marcados "pelos mesmos tra-



Teotônio

ços políticos de absoluta imprevisibilidade". Teotônio informou que os Estados Unidos e a França, em movimento inverso ao do Brasil, estruturam progressivamente uma política energética baseada em combustíveis renováveis. Para isso, ressaltou ele, esses países não estão se guiando por razões econômicas e, sim, por imperativos estratégicos, subsidiando for-

temente a produção de álcool. O senador lembrou que o Proálcool surgiu como resposta à cartelização dos produtores de petróleo.

Lauro Campos (PT-DF) comentou que a produção do álcool foi afetada pela "ditadura do mercado livre". O Brasil foi pioneiro e administrador da falência do setor, apontou Romero Jucá (PFL-RR). Jefferson Peres (PSDB-AM) duvida de que o álcool seja viável apenas com subsídio elevado.

Requião vai à Procuradoria por Paranaguá

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) entrou ontem com uma representação junto ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contra o Serviço de Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda, por ter repassado uma área de 16,6 mil metros quadrados do Porto de Paranaguá à empresa privada Centro Sul Serviços Marítimos. O imóvel, que se encontra arrendado à administração do Porto, foi entregue à empresa sob a forma de aforamento (tempo indeterminado) por R\$ 600 mil.

A operação foi feita sem o conhecimento do Ministério dos Transportes, da administração do Porto e do governo paranaense. A entrega do terminal, conforme o senador, foi irregular, pois não existe a figura do aforamento de área portuária, já que tais áreas são de domínio exclusivo da União, que pode apenas adotar a concessão de uso. Nesse caso, Requião considera que está havendo um processo irregular de privatização de parte do porto.

Jefferson propõe referendo se a CMF for aprovada

Emenda apresentada ontem em plenário pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM) determina que a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF), caso aprovada pelo Congresso, terá de ser submetida a referendo no prazo de 90 dias após sua promulgação. Com a emenda, a proposta da Contribuição retornará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise e votação da mudança em 30

dias. A emenda constitucional autoriza o governo a criar a Contribuição, que tributará em até 0,25% todo depósito em banco.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que pretende apresentar duas emendas. A primeira isenta os depósitos de salários de até R\$ 2 mil. A segunda estabelece que os bancos deverão fornecer à Receita Federal dados necessários à fiscalização do recolhimento da CMF.

Patrocínio quer votar projeto de planejamento familiar

O Senado deve discutir e aprovar o mais rápido possível um projeto de lei que estabelece o planejamento familiar para o país. Requerimento no sentido de que o projeto, já aprovado pela Câmara, entre na pauta dos trabalhos ainda esta semana e seja votado imediatamente foi encaminhado ontem à Mesa



Patrocínio

pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Patrocínio considera "estranha" a manifestação do ministro da Saúde, Adib Jatene, que, conforme o parlamentar, estaria garantindo a esterilização gratuita através do SUS. Marina Silva (PT-AC) lamentou a esterilização de "meninas de até 17 anos".

Miranda anuncia convocações

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, anunciou ontem a aprovação de requerimento de convocação de diversos ministros de Estado para prestarem informações sobre o Projeto Sivam.

Os primeiros convocados serão o Secretário Especial de Políticas Regionais, em 26 de setembro, e o ministro do Meio Ambiente, dia 28. Para outubro, o ministro da Justiça, dia 4; o das Minas e Energia, dia 11; o da Agricultura, dia 18; e o ministro do Exército, dia 25.

Jucá apóia convênio do Exército e Ibama

As operações de fiscalização da flora e fauna amazônicas passarão a contar com a ação integrada do Ministério do Exército e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), segundo informou ontem o senador Romero Jucá (PFL-RR).

O convênio, na opinião do senador, permitirá uma fiscalização conjunta na área de atuação do Comando Militar da Amazônia e o desenvolvimento de programas de educação ambiental e de melhoria das condições de vida das populações locais.

Ernandes defende direitos a cassados

O senador Ernandes Amorim (RO) anunciou a apresentação de projeto de lei para que pessoas punidas com a perda de direitos políticos possam recuperá-los caso a Justiça as inocente. Ele citou como exemplo o ex-presidente Fernando Collor, que continua com seus direitos políticos cassados, apesar de o Judiciário não ter encontrado até agora provas para condená-lo.

Ernandes argumenta que os administradores são submetidos nos legislativos (federal, estaduais e municipais) a "julgamentos políticos".

Levy registra morte de político

O senador Levy Dias (PPR-MS) registrou ontem o falecimento de Fernando Luís Alves Ribeiro, ocorrido na última quinta-feira em Campo Grande. Ex-prefeito de Aquidauana, Tico Ribeiro (como era conhecido), deixará um vazio na política do Mato Grosso do Sul, segundo o parlamentar. O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) também lamentou o falecimento.

Joel lembra cem anos de Petrolina

O centenário da cidade de Petrolina foi lembrado pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), que destacou a sua transformação em capital sertaneja: "Petrolina não é mais um sonho; é fato, é realidade", afirmou o senador.

Para o senador, Petrolina faz parte de um Nordeste que deu certo, comprometido com o desenvolvimento e historicamente habituado a superar e vencer obstáculos.

Alfabetização de trabalhadores

Trinta e oito trabalhadores de empresas prestadoras de serviços de limpeza no Senado e na Câmara que foram alfabetizados pelo Projeto BB Educar, do Banco do Brasil, receberam ontem seus diplomas. A cerimônia de entrega contou com a presença do ex-senador João Calmon, que representou o presidente do Senado José Sarney, e do senador Leomar Quintanilha (PPR-TO), ex-funcionário do banco. Os 38 formandos ingressaram no BB Educar há um ano e foram alfabetizados por professores voluntários.

Osmar Dias aponta omissão do governo na agricultura

Senador aponta "reforma agrária às avessas": 600 mil famílias deverão abandonar o campo por absoluta falta de apoio

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que "o governo tem sido omissivo em relação aos graves assuntos relacionados ao campo e, no que se refere à reforma agrária, estabeleceu metas que não cumprirá". Nos estados de Rondônia e do Mato Grosso do Sul os conflitos já resultaram em morte, "mas nem isso foi suficiente para acordar o governo", acrescentou.

O governo, segundo Osmar Dias, não está dizendo ao povo que sem mudar a legislação atual e sem alocar os recursos necessários nada poderá fazer em termos de reforma agrária. Lembrou que o governo "cumpru às avessas" o compromi-

so de assentar 40 mil famílias este ano. Citando dados fornecidos pela CNA, informou que cerca de 600 mil famílias deverão abandonar a agricultura por falta absoluta de planejamento para o setor.

- Quem quer assentar 40 mil e permite que 600 mil deixem o campo está sendo, no mínimo, omissivo, para não chamar de irresponsável - ironizou.

Os recursos para financiamento do plantio da próxima safra prometidos pelo presidente da República não estão sendo



Osmar Dias

tomados porque o produtor rural esbarra "nas regras e na burocracia" do próprio governo. O pequeno agricultor, que deveria estar sendo beneficiado pelo crédito do Banco do Brasil, desiste do crédito e, portanto, desiste de

plantar porque, sem dinheiro, ele não conseguirá pagar o adubo ou a semente e nem poderá plantar".

Para Osmar Dias, a safra deverá ser muito aquém das expectativas "e a sociedade brasileira pagará um alto preço por essa omissão ou irresponsabilidade do governo".

Tuma quer esclarecer a contratação de consultores

O senador Romeu Tuma (SP) apresentou requerimento de informações em que solicita ao ministro da Fazenda esclarecimentos sobre denúncias feitas pelo secretário Federal de Controle, Domingos Poubel. Segundo o secretário, vários ministérios estão burlando a exigência de licitação e de concurso público na contratação de funcionários, dissimulados em consultores de organismos internacionais.



Romeu Tuma

O senador quer saber qual a distribuição entre os ministérios das 2.932 pessoas contratadas dessa forma, bem como espécie de atividade, nacionalidade e remuneração, com a respectiva despesa total. Pergunta, também, quantos dos contratados são funcionários da ativa, quantos são aposentados e quais os controles praticados para a verificação do trabalho prestado.

CD traz referências da legislação

A primeira versão de um compact disc contendo referências de 114.672 documentos da legislação federal de hierarquia superior - leis, decretos-leis e decretos -, de 1946 até 30 de junho de 1995, será lançada hoje, às 11h, no Salão Negro do Congresso Nacional, pelo presidente do Senado, José Sarney. O CD-ROM é uma das alternativas do Programa de Democratização de Informações, visando a garantir o acesso aos dados armazenados no computador central do Prodasen.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos

Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo

Andrade ■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia

Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.